

Outubro de 2006 - Nº14

Edições Anteriores

:: O desafio da inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular

:: 'Organizações Sociais' poderão gerir escolas na capital. É o que propõe projeto de lei apresentado pelo Executivo

:: Progressão continuada não pode ser responsabilizada pela falta de qualidade na educação

## Conselhos Nacionais de Educação e Política Criminal vão analisar propostas de diretrizes nacionais para a Educação Penitenciária

O Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) devem analisar nos próximos meses uma proposta de diretrizes nacionais para a educação no sistema penitenciário nacional. O documento é fruto do Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, que ocorreu no mês de julho em Brasília reunindo representantes dos ministérios da Educação e da Justiça, além de diversas secretarias estaduais, universidades e organizações da sociedade civil. O objetivo é a definição de orientações para a implementação de políticas educacionais dirigidas aos 300 mil presos no País.

Atualmente, na falta de referências, as atividades de caráter educativo nas prisões têm sido marcadas por iniciativas pontuais e, em sua maioria sem articulação com a Educação de Jovens e Adultos ofertada pelas redes de ensino. O sistema penitenciário tem 300 mil pessoas, sendo que mais de 70% não concluíram o ensino fundamental e outros 10,5% são completamente analfabetos. Apesar disso, apenas 17% dos presos estudam.

Um dos destaques do documento enviado ao CNE e ao CNPCP é o artigo que determina a responsabilidade sobre a oferta de educação no sistema penitenciário, que afirma: "ela deve ser fruto de uma articulação entre o órgão responsável pela Administração Penitenciária e a Secretaria de Educação que atue junto ao sistema local". Esse ponto propõe uma alteração significativa no modelo atual, já que até o momento são poucas as secretarias de educação que assumem a responsabilidade pela educação nos presídios de seu estado.

Conseqüentemente, as matrículas dos alunos privados de liberdade integrarão o sistema público de ensino, contando com o mesmo financiamento destinado à EJA. Atualmente, a maioria dos estados não dispõe de verbas para a educação nos presídios. O documento garante ainda a atuação de professores habilitados nas escolas do sistema prisional.

Remição pelo estudo e condições dignas de trabalho

A remição da pena pela educação também foi abordada no documento. "Deve ser garantida como um direito, de forma paritária com a remição concedida ao trabalho e cumulativa quando envolver a realização paralela das duas atividades". Atualmente, para cada três dias trabalhados, há um dia de desconto na pena a ser cumprida. O mesmo não é válido para o estudo.

Já sobre o trabalho na prisão, o relatório diz que deve ser "elemento de formação e não de exploração de mão-de-obra, garantida a sua oferta em horário e condições compatíveis com as da oferta de estudo". Denúncias recentes no boletim *Ebulição* mostraram que empresas privadas, instaladas no interior dos presídios paulistas, não contratam e chegam a demitir encarceradas que insistem em freqüentar a escola. Para a juíza Kenarik Boujikian, da Associação Juizes para a Democracia, é notável a falta de critérios e regras para

a atuação dessas empresas nas penitenciárias e a exploração do trabalho das pessoas aprisionadas que, além de não terem direitos trabalhistas, são remuneradas com salários baixíssimos.

A proposta para as diretrizes da educação no sistema penitenciário no país inclui, também, a formação para a EJA e, em especial, para a Educação Prisional nos cursos superiores de graduação em Pedagogia e propõe, ainda, que a “pessoa presa, com perfil e formação adequados, possa atuar como monitor no processo educativo, recebendo formação continuada condizente com suas práticas pedagógicas, com direito à remição e remuneração”.

Por fim, propõe-se “um regimento escolar próprio para o atendimento nos estabelecimentos de ensino do sistema prisional” e “uma gestão que propicie espaços físicos adequados às práticas educativas (como salas de aula, bibliotecas, laboratórios etc.), além de adquirir os equipamentos e materiais necessários, evitando improvisos e mudanças constantes”.



Seminário Nacional pela Educação nas Prisões:  
Significados e Proposições

Boletim Ebulição Edição nº 19

